



República Democrática de São Tomé e Príncipe

Relatório de Execução Fiscal

3º Trimestre de 2022

Elaborado pelos Consultores:

Unidade Macro Fiscal



FICHA TÉCNICA

Coordenação

Direcção Geral de Planeamento

Colaboração

Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul
República Democrática de São Tomé e Príncipe

Título

Relatório de Execução Fiscal – 3º Trimestre de 2022

Data de Finalização:

Novembro de 2022

Referências para Citação:

Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul, *Relatório de Execução Fiscal – 3º Trimestre de 2022*.

Equipa Técnica:

Unidade Macro Fiscal

© Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

Todos os direitos reservados. Este relatório poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citada a referência e exclusiva autoria do Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul de São Tomé e Príncipe. É proibida a comercialização e tradução sem autorização prévia por escrito do Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul de São Tomé e Príncipe



ÍNDICE

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES	4
SIGLAS E ABREVIATURAS	5
SUMÁRIO EXECUTIVO	6
1. INTRODUÇÃO	8
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	9
3. EXECUÇÃO DO OGE 2022	12
3.1. OGE 2022	12
3.2. OVERVIEW DA EXECUÇÃO FISCAL	13
3.1.1. Execução Acumulada	13
3.1.2. Execução por Trimestre	15
3.1.3. Saldo Global	17
3.1.4. Saldo Primário	17
3.1.5. Saldo Primário excluindo Donativos	18
3.1.6. Saldo Global excluindo Donativos	18
3.1.7. Saldo Primário Não Petrolífero	19
3.1.8. Saldo Corrente	19
3.3. EXECUÇÃO DAS RECEITAS	20
A) Impostos Directos	21
B) Impostos Indirectos	22
C) Receita Patrimonial	23
D) Rendimento do Petróleo	24
E) Rendimento das Pescas	24
F) Donativos	25
3.4. EXECUÇÃO DAS DESPESAS	26
3.4.1. Despesas Executadas (Base de Compromisso)	26
A) Pessoal	27
B) Bens e Serviços	28
C) Juros da Dívida	29
D) Subsídios e Transferências Correntes	29
E) Despesa Corrente do Exercício Findo	30
3.4.2. Despesas Executadas (Base de Caixa)	31
4. DÍVIDA PÚBLICA	32
4.1. STOCK DA DÍVIDA PÚBLICA	32



4.2.	STOCK DA DÍVIDA INTERNA.....	33
4.3.	STOCK DA DÍVIDA EXTERNA	34
4.4.	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA EM 2022	35
4.4.1.	Dívida Interna	35
4.4.2.	Dívida Externa	36
4.5.	PASSIVOS CONTINGENTES	36
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS - EXECUÇÃO E RISCOS FISCAIS	37



ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxas de crescimento económico mundial (%)	9
Gráfico 2 - Taxa de crescimento do económico de STP (%)	10
Gráfico 3 - Impostos directos (milhares de dobras)	Error! Bookmark not defined.
Gráfico 4 - Impostos indirectos (milhares de dobras)	23
Gráfico 5 - Receita patrimonial (milhares de dobras)	23
Gráfico 6 - Rendimento do petróleo (milhares de dobras)	24
Gráfico 7 - Rendimento das pescas (milhares de dobras)	25
Gráfico 8 - Donativos (milhares de dobras)	26
Gráfico 9 - Despesas com pessoal (milhares de dobras)	28
Gráfico 10 - Despesas com bens e serviços (milhares de dobras)	28
Gráfico 11 - Despesa com juros da dívida (milhares de dobras)	29
Gráfico 12 - Despesas com subsídios e transferências correntes (milhares de dobras)	30
Gráfico 13 - Despesa corrente do exercício findo (milhares de dobras)	30
Gráfico 14 - Dívida governamental e passivos contingentes	33
Gráfico 15 - Composição da dívida interna no I semestre de 2021	33

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Execução do OGE 2022 (milhares de dobras)	13
Tabela 2 - Execução trimestral não cumulativa do oge (milhares de dobras)	15
Tabela 3 - Saldos orçamentais	20
Tabela 4 - Execução das receitas (milhares de dobras)	20
Tabela 5 - Execução das despesas (milhares de dobras)	26
Tabela 6 - Despesas executadas (base de caixa)	31
Tabela 7 - Composição do stock da dívida em 2021	32
Tabela 8 - Composição do stock da dívida externa em 2021	35
Tabela 9 - Evolução da dívida interna em 2022	35
Tabela 10 - Evolução da dívida externa em 2022	36
Tabela 11 - Composição dos passivos contingentes	36
Tabela 12 - Saldos orçamentais	37



SIGLAS E ABREVIATURAS

ADB	Banco de Desenvolvimento Asiático
AfDB	Banco Africano de Desenvolvimento
AGER	Autoridade Geral de Regulação de São Tomé e Príncipe
EMAE	Empresa de Água e Electricidade
ENAPORT	Empresa Nacional de Administração de Portos
ENCO	Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos
FMI ou IMF	Fundo Monetário Internacional
HIPC	<i>Heavily Indebted Poor Countries Initiative</i> (Países Pobres Altamente Endividados)
IADB	<i>Inter-American Development Bank</i>
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
OGE	Orçamento Geral do Estado
PIB	Produto Interno Bruto
REO	Relatório de Execução Fiscal (REF)
SMF	Serviço de Migração e Fronteira
STP	São Tomé e Príncipe
TOFE	Tabela das Operações das Finanças do Estado
WEO	World Economic Outlook



SUMÁRIO EXECUTIVO

- A deterioração das condições económicas e financeiras mundiais têm afectado a economia de São Tomé e Príncipe e a saúde das finanças públicas.
- A economia mundial cresceu 6,0% em 2021, mas deverá crescer em apenas para 3,2% em 2022. A taxa de inflação média mundial aumenta de 4,7% em 2021 para 8,8% em 2022.
- A execução até ao terceiro trimestre de 2022 revela um agravamento do défice global, de 6,5% para 7,5% face a 2021. Se excluirmos os donativos o saldo global registado até ao momento foi de 8,2%.
- As demais categorias de défice seguiram a mesma tendência de agravamento: i) o saldo primário passou de 5,4% em 2021 para 5,8% do PIB em 2022; ii) o saldo primário excluindo donativos aumentou em cerca de 0,5 p.p. face ao mesmo período de 2021 (de 6,5% para 7%). Este agravamento é o resultado de uma fraca execução da receita.
- Até ao III trimestre, as receitas totais atingiram um nível de execução de 54,2% e as despesas totais atingiram 57,1% de execução face ao previsto.
- As receitas efectivas apresentaram o baixo nível de execução de apenas 39,6%, influenciada pela significativa redução dos donativos, executado em apenas 4,9%.
- As receitas não efectivas foram executadas em 163,5%, com a predominância do financiamento interno que teve uma execução de 1167,5%. Em contraste, financiamento externo, que também compõe as receitas não efectivas, teve uma execução de apenas 18,6%.
- O alto nível de execução das receitas não efectivas visaram cobrir a fraca performance das receitas efectivas, sobretudo o fraco desembolso de donativos.
- As despesas efectivas foram executadas em 56,3%, tendo o investimento público registado uma execução de apenas 29,1%.
- As despesas correntes foram executadas em 74,7%, um nível alinhado ao período do ano em referência. As despesas financeiras foram executadas em 72,1%, percentual distorcido pela falta de orçamentação para as “amortizações da dívida pública interna” e “outras despesas financeiras” no OGE 2022.



- Como consequência, o stock total da dívida pública deverá aumentar para 93,4% em 2022, face aos 91% do PIB em 2021¹.
- A dívida pública é composta em 51,4% por dívida interna, que corresponde a 244 milhões de dólares, e 48,6% ou 231,1 milhões de dólares por dívida externa.
- Segundo o Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, os passivos contingentes fixaram-se em 172,7 milhões de dólares em finais do I semestre de 2021, contra 159,4 milhões de dólares em finais do I semestre do ano anterior.
- As dívidas estatais garantidas, que são dívidas resultantes de cartas de conforto passadas pelo Estado a empresas estatais, tiveram um decréscimo de 15,6%, fixando-se em 6,6 milhões de dólares, ao passo que as dívidas estatais não garantidas cresceram e atingiram 166,1 milhões de dólares.
- No trimestre em análise, a generalidade dos saldos orçamentais apresentou défice, o que pode ser considerado um alerta para o reforço das medidas que promovam a eficiência e sustentabilidade das finanças públicas.
- Os factores de riscos para a execução do orçamento no próximo trimestre são:
 - a. Aumento da taxa de inflação e moderado crescimento da economia mundial, sobretudo a performance de Portugal que é um dos principais parceiros comerciais.
 - b. Contínua degradação das condições financeiras mundiais e dificuldades crescentes de STP para beneficiar de donativos
 - c. Fraca produção e comercialização dos principais produtos de exportação, com impacto nas receitas.
 - d. Novo surto de Covid-19 ou outro fenómeno que afecte a mobilidade internacional de pessoas para STP, condicionando as receitas com o turismo.
 - e. Aumento do custo das matérias-primas energéticas e do preço dos principais produtos importados.

¹ segundo o country report 22/306 do FMI referente a 5ª revisão do programa assistência técnica e financeira *Extended Credit Facility Arrangement*, em Setembro de 2022



1. INTRODUÇÃO

O Relatório de Execução Fiscal (REF) é um documento elaborado com periodicidade trimestral que tem o principal objectivo de analisar a execução das receitas e despesas públicas e a avaliação da situação financeira do Estado.

O REF se foca na análise da execução cumulativa trimestral até ao período de referência do documento. A única excepção é o subcapítulo denominado “Execução por Trimestre”, presente no capítulo sobre a execução do OGE 2022

Os dados apresentados têm como principal fonte a Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE).

As receitas são apuradas pela óptica de caixa, isto é, quando a arrecadação se encontra efectivamente reflectida no saldo da Conta Única do Tesouro.

As despesas são apuradas pela óptica de compromisso, sendo representada na óptica de caixa apenas no subcapítulo da execução das despesas identificada com a expressão “base de caixa” no título.

O presente relatório apresenta a seguinte estrutura:

Sumário Executivo: Este capítulo resume o conteúdo do Relatório.

Capítulo 1 – Introdução: Este capítulo apresenta o documento e os principais aspectos que definem o processo metodológico de criação do REF.

Capítulo 2 – Enquadramento Macroeconómico: Este capítulo avalia o contexto macroeconómico internacional e nacional.

Capítulo 3 - Execução do Orçamento Geral do Estado 2022: Este capítulo aborda o desempenho dos saldos orçamentais e as suas principais componentes, como: (i) Saldo Orçamental Global, (ii) Saldo Primário, (iii) Saldo Corrente, (iv) Saldo Primário Não-Petrolífero, (v) Saldo Orçamental excluindo Donativos, (vi) Saldo Primário excluindo Donativos.

Capítulo 4 - Dívida Pública: Este capítulo aborda o desempenho do stock da Dívida pública e a sua composição.

Capítulo 5 – Considerações Finais – Execução e Riscos Fiscais: Análise da performance dos Saldos Orçamentais e identificação dos principais riscos fiscais.



2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

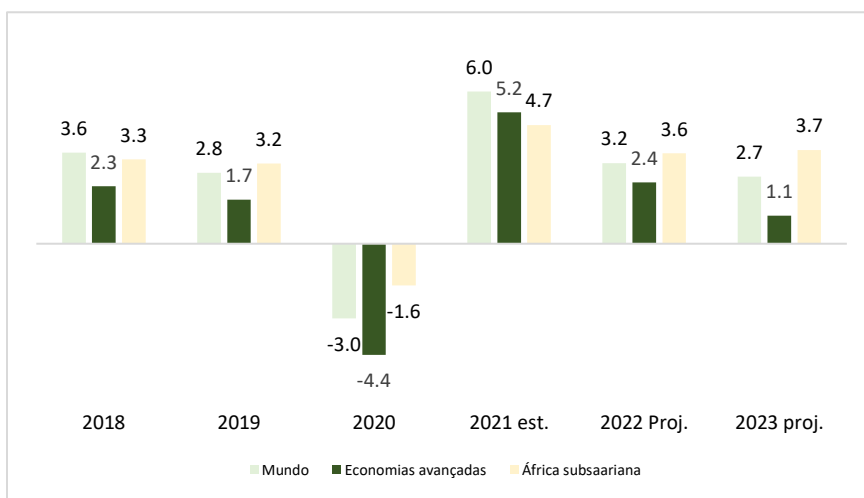
Segundo o relatório do *World Economic Outlook October 2022* do FMI, a economia mundial está passar por uma série de desafios que têm culminado na desaceleração do crescimento económico e contracção do PIB.

Prevê-se que a taxa de crescimento da economia mundial desacelere de 6,0% em 2021 para 3,2% em 2022 e 2,7% em 2023. Este é o perfil de crescimento mais fraco desde 2001 excepto pela crise financeira global e pela crise gerada pela pandemia de COVID-19.

As estimativas de crescimento das economias avançadas situam-se em 5,2% em 2021, 2,4% em 2022 e 1,1% em 2023. Para os Mercados emergentes e países em via de desenvolvimento são projectadas taxas de crescimento de 6,6% em 2021, 3,7% em 2022 e 3,7% em 2023.

A taxa de crescimento económico para a região da África Subsaariana atingiu 4,7% em 2021, sendo antecipado que diminua para 3,6% em 2022 e 3,7% em 2023.

GRÁFICO 1 - TAXAS DE CRESCIMENTO ECONÓMICO MUNDIAL (%)



Fonte: WEO de Outubro de 2022, FMI

A incidência da pandemia de COVID-19, a consequente disrupção na cadeia de oferta internacional de diversos produtos, a invasão da Ucrânia pela Rússia e o consequente aumento generalizado dos preços dos bens alimentares e das matérias-primas



energéticas, este último agravado pelos cortes de produção da OPEP e seus aliados, contribuíram para que a inflação atingisse máximo das últimas décadas.

A taxa de inflação média mundial aumenta de 4,7% em 2021 para 8,8% em 2022, mas deve diminuir para 6,5% em 2023.

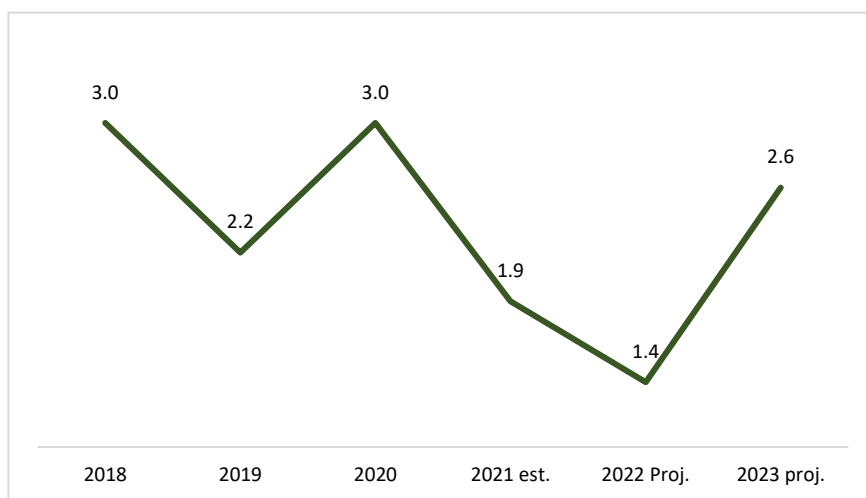
A normalização da política monetária e fiscal, após um período de estímulos económicos sem precedentes durante o período pandémico e pré-pandémico, visam baixar a taxa de inflação e reaproximá-la das metas estabelecidas pelos bancos centrais, apesar de uma parcela crescente de economias em desaceleração do crescimento ou contracção.

O futuro da economia mundial depende criticamente da calibração bem-sucedida da política económica, o curso da guerra na Ucrânia e a possibilidade de mais disrupções da cadeia de oferta relacionadas com a pandemia.

Os acentuados aumentos das taxas de juro pelos bancos centrais nas principais economias mundiais, além dos efeitos negativos para o crescimento económico, deverão contribuir para o fortalecimento das suas moedas, com destaque para o dólar, o que também deve contribuir para o agravamento dos custos da dívida para os mercados emergentes e em via de desenvolvimento.

Em relação a São Tomé e Príncipe, à semelhança do resto do mundo, também teve a sua economia impactada pela pandemia de COVID-19 com diversos sectores significativamente afectados, como o Turismo.

GRÁFICO 2 - TAXA DE CRESCIMENTO DO ECONÓMICO DE STP (%)



Fonte: Country Report nº22/306 de Setembro 2022, FMI



O PIB tem apresentado taxas de crescimento moderadas nos últimos anos. Segundo o FMI, para o ano 2022, projecta-se uma taxa de crescimento do PIB real de 1,4%.

O FMI antecipa uma taxa de inflação de 16,5% em 2022, agravada pelos recentes fenómenos que marcam a economia mundial, como a disrupção da cadeia de oferta de bens, alta do preço das matérias-primas energéticos e bens alimentares.

No que se refere ao sector público, destaca-se o alto nível da dívida pública, tendo o FMI apresentado uma projecção de stock da dívida equivalente a 93,4% para o final do ano 2022.

Está em curso um processo de reforma das finanças públicas que devem contribuir para o fortalecimento e sustentabilidade da mesma.



3. EXECUÇÃO DO OGE 2022

3.1. OGE 2022

Em 2022, o Orçamento Geral do Estado (OGE) teve as receitas e despesas totais estimadas em cerca de 3,871 mil milhões de dobras.

As receitas efectivas foram estimadas em 3,415 mil milhões de dobras, implicando um saldo global deficitário de 455,99 milhões de dobras.

As receitas correntes foram estimadas em 1,772 mil milhões de dobras, que representou cerca de 41,4% das receitas totais, os donativos foram estimados em 1,643 mil milhões de dobras ou 44,7% da receita total, os restantes 13,9% representaram o financiamento.

As receitas correntes foram constituídas maioritariamente por receitas fiscais, que representou cerca de 83% da receita corrente. As receitas correntes fixaram-se em cerca de 1,477 mil milhões de dobras (impostos directos: 455,52 milhões de dobras + Impostos indirectos: 1 019,83 milhões de dobras).

As despesas totais foram compostas em 2,182 mil milhões de dobras (56,4% da despesa total) em despesas de funcionamento, 1,484 mil milhões de dobras (38,3% da despesa total) em Projectos de Investimento Público e 203,833 milhões em despesa financeira (5,3% da despesa total).

Em relação à composição da despesa corrente, a despesa com pessoal ocupa a posição de destaque, tendo sido estimada em 1,165 mil milhões de dobras ao representar cerca 53,4% da despesa corrente.

Os subsídios e transferências ocupam a segunda posição com 397,77 milhões de dobras, seguido da despesa com bens e serviços com 274,77 milhões de dobras (18,2% da despesa corrente), outras despesas correntes com 195,89 milhões de dobras (9,0% da despesa corrente) e juros da dívida com 74,22 milhões de dobras (3,4% da despesa corrente).



3.2. OVERVIEW DA EXECUÇÃO FISCAL

3.1.1. Execução Acumulada

O OGE 2022 tem sido executado a um ritmo mais lento comparativamente ao verificado em 2021.

No período em análise, as receitas totais atingiram um nível de execução de 54,2%, inferior em cerca de 2,9 pontos percentuais em relação à execução da despesa total.

As receitas efectivas apresentaram um baixo nível de execução ao ter atingido apenas 39,6%, influenciada pela significativa redução dos donativos, executado em apenas 4,9%.

As receitas correntes apresentaram um nível de execução alinhada ao período de referência, tendo atingido 71,7%, muito próximo da execução apurada no mesmo período de 2021, altura em que se situou em 69,7%. As suas subcontas “receitas fiscais” e “receitas não fiscais” registaram uma execução de 68,2% e 88,9%, respectivamente.

As receitas não efectivas foram executadas em 163,5%, lideradas pela subconta “financiamento interno” que teve uma execução de 1167,5%. Em contraste, a subconta “financiamento externo” teve uma execução de apenas 18,6%.

O alto nível de execução das receitas não efectivas visaram cobrir a fraca performance das receitas efectivas, sobretudo o baixo nível de donativos.

A moderada execução das receitas condiciona a execução das despesas.

Até ao final do III trimestre, a despesa total executada atingiu 2 209 885 milhares de dobras, o que representa cerca de 57,1% da despesa total orçamentada para o ano.

A fraca performance da execução da despesa total foi influenciada significativamente pela baixo nível de execução das despesas efectivas, que foram executadas em 56,3%, sobretudo pela subconta “Investimento público” que foi executada em apenas 29,1%.

TABELA 1 - EXECUÇÃO DO OGE 2022 (MILHARES DE DOBRAS)

Cod.	Descrição	OGE 2021 (a)	III Trim. 21 (b)	OGE 2022 (c)	III Trim. 22 (d)	Execução 2021 % (b/a)	Execução 2022 % (d/c)
1	RECEITAS TOTAIS	3 655 123	1 806 654	3 870 985	2 096 321	49,4%	54,2%



11	RECEITAS EFECTIVAS	3 335 311	1 371 828	3 415 000	1 351 001	41,1%	39,6%
111	Receitas correntes	1 710 358	1 192 210	1 772 000	1 269 729	69,7%	71,7%
1111	Receitas fiscais	1 436 154	986 202	1 477 000	1 007 382	68,7%	68,2%
1112	Receitas não fiscais	274 204	206 008	295 000	262 347	75,1%	88,9%
112	Donativos	1 624 953	179 618	1 643 000	81 272	11,1%	4,9%
1121	Para financiamento do OGE	367 500	-	326 670	-	0,0%	0,0%
1122	Donativos para Projectos	1 170 946	152 814	1 252 000	62 123	13,1%	5,0%
1123	HIPC	86 507	26 803	64 330	19 149	31,0%	29,8%
12	RECEITAS NÃO EFECTIVAS	319 812	434 826	455 985	745 321	136,0%	163,5%
121	Financiamento interno	88 500	280 559	57 500	671 290	317,0%	1167,5%
122	Financiamento externo	231 312	154 267	398 485	74 030	66,7%	18,6%
2	DESPESAS TOTAIS	3 655 123	2 067 280	3 870 985	2 209 885	56,6%	57,1%
21	DESPESAS EFECTIVAS	3 472 029	1 960 840	3 667 152	2 062 855	56,5%	56,3%
211	Despesas correntes	2 136 609	1 561 847	2 182 801	1 630 902	73,1%	74,7%
2111	Despesas com pessoal	1 146 474	734 384	1 165 000	852 085	64,1%	73,1%
2112	Despesas com serviços	268 007	194 759	274 770	201 515	72,7%	73,3%
2113	Juros da dívida	49 990	14 655	74 224	48 757	29,3%	65,7%
2114	Subsídios e transferências correntes	388 125	260 361	397 767	275 328	67,1%	69,2%
2115	Outras despesas correntes	211 618	186 701	195 890	145 463	88,2%	74,3%
2116	Despesas corr. exerc. findo	72 395	170 988	75 150	107 754	236,2%	143,4%
2117	Restituições	-	-	-	-	-	-
212	Investimento público	1 335 420	398 993	1 484 351	431 953	29,9%	29,1%
2121	Recursos Internos	55 115	18 752	75 351	17 516	34,0%	23,2%
2122	Recursos Externos	1 280 305	380 241	1 409 000	414 437	29,7%	29,4%
22	DESPESAS FINANCEIRAS	183 094	106 440	203 833	147 030	58,1%	72,1%
221	Amortiz. da dívida públ. interna	-	50 067	-	46 959	-	-
222	Amortiz. da dívida públ. externa	183 094	52 077	203 833	99 866	28,4%	49,0%
223	Outras despesas financeiras	-	4 295	-	205	-	-
i	SALDO GLOBAL	(319 812)	(695 452)	(455 985)	(858 884)	217,5%	188,4%
ii	SALDO PRIMÁRIO	(86 728)	(574 358)	(177 928)	(663 098)	662,3%	372,7%
iii	SALDO PRIMÁRIO EXCL. DONATIVOS	(1 711 681)	(753 976)	(1 820 928)	(744 370)	44,0%	40,9%
iv	SALDO GLOBAL (% PIB)	-3,0%	-6,5%	-4,0%	-7,5%	217,5%	188,4%
v	SALDO PRIMÁRIO (% PIB)	-0,8%	-5,4%	-1,5%	-5,8%	662,3%	372,7%
vi	SALDO PRIMÁRIO EXCL. DONATIVOS (% PIB)	-16,0%	-7,0%	-15,8%	-6,5%	44,0%	40,9%
vii	PIB NOMINAL (em milhões de dobras)	10 719	10 719	11 510	11 510		

As despesas correntes foram executadas em 74,7%, um nível alinhado ao período ano em referência. A sua subconta com o maior nível de execução foi a das despesas correntes do exercício findo, executada em 143,4%. Os menores graus de execução foram apurados nas subcontas “juros da dívida” e “subsídios e transferências correntes”, com 65,7% e 69,2%, respectivamente.

As despesas financeiras foram executadas em 72,1%, percentual distorcido pela falta de orçamentação para as “amortizações da dívida pública interna” e “outras despesas financeiras” no OGE 2022.

Consequentemente, o saldo global atingiu um défice de 858 884 milhares de Dobras, que representa quase o dobro face ao antecipado no OGE 2022, que tinha sido fixado em 455 985 milhares de dobras.



A mesma tendência foi apurada no saldo primário, que atingiu um défice de 663 098 milhares de dobras, que supera significativamente o défice previsto de 177 928 milhares de dobras no OGE 2022.

O saldo primário excluindo donativos atingiu um défice de 744 370 milhares de dobras, tendo melhorado significativamente comparativamente ao défice de 1 820 928 milhares de dobras definido no OGE 2022, reflexo da redução dos donativos no financiamento do orçamento no ano em curso.

3.1.2. Execução por Trimestre

Em relação às receitas totais obtidas no trimestre de referência sem incluir o I e II trimestre do ano corrente, as receitas totais executadas situaram-se em 706 961 milhares de dobras, tendo sido superado apenas pelo nível apurado no I trimestre. O registo representa um aumento de 6,1% em relação ao trimestre transacto, mas uma contracção de 10,6% face ao período homólogo de 2022.

A execução das receitas efectivas representou uma expansão de 9,1% em relação ao trimestre anterior e inferior em 16,8% em relação ao III trimestre de 2021.

As receitas correntes no III trimestre tiveram uma performance superior ao trimestre transacto e homólogo, com uma variação percentual positiva de 10,4% e 4,8%, respectivamente, tendo-se fixado em 421 598 milhares de dobras.

No que refere aos donativos, que com a subconta “receitas correntes” compõem as receitas efectivas, não há registo de entrada de donativos no trimestre em análise, o que representa uma redução de 100%.

As receitas não efectivas executadas por trimestre atingiram o máximo no III trimestre ao ter atingido 285 363 milhares de dobras, que representou um incremento de 1,9% em relação ao trimestre anterior e 0,6% em relação ao trimestre homólogo.

TABELA 2 - EXECUÇÃO TRIMESTRAL NÃO CUMULATIVA DO OGE (MILHARES DE DOBRAS)

Cod.	Descrição	III Trím. 21 Jul - Set	I Trim. 22 Jan - Mar	II Trim. 22 Abr - Jun	III Trim. 22 Jul - Set	Variação (%)	
						Trim.	Anual
1	RECEITAS TOTAIS	790 405	722 885	666 475	706 961	6,1%	-10,6%
11	RECEITAS EFECTIVAS	506 712	542 910	386 493	421 598	9,1%	-16,8%
111	Receitas correntes	402 299	466 305	381 826	421 598	10,4%	4,8%



Relatório de Execução Fiscal III Trimestre de 2022

1111	Receitas fiscais	346 502	380 849	308 410	318 124	3,1%	-8,2%
1112	Receitas não fiscais	55 797	85 456	73 416	103 474	40,9%	85,4%
112	Donativos	104 413	76 605	4 667	-	-100,0%	-100,0%
1121	Para financiamento do OGE	-	-	-	-	-	-
1122	Donativos para Projectos	104 413	57 456	4 667	-	-100,0%	-100,0%
1123	HIPC	-	19 149	-	-	-	-
12	RECEITAS NÃO EFECTIVAS	283 693	179 976	279 982	285 363	1,9%	0,6%
121	Financiamento interno	212 366	171 670	214 257	285 363	33,2%	34,4%
122	Financiamento externo	71 327	8 306	65 724	-	-100,0%	-100,0%
2	DESPEAS TOTAIS	690 523	785 574	614 844	809 467	31,7%	17,2%
21	DESPEAS EFECTIVAS	665 481	720 525	586 535	755 795	28,9%	13,6%
211	Despesas correntes	486 260	564 911	505 439	560 552	10,9%	15,3%
2111	Despesas com pessoal	246 607	236 284	281 030	334 771	19,1%	35,8%
2112	Bens e serviços	67 433	66 007	68 722	66 786	-2,8%	-1,0%
2113	Juros da dívida	2 343	9 488	6 252	33 016	428,0%	1309,0%
2114	Subsídios e transferências correntes	76 523	92 113	80 530	102 685	27,5%	34,2%
2115	Outras despesas correntes	59 765	57 333	65 176	22 954	-64,8%	-61,6%
2116	Despesas correntes do. exerc. findo	33 589	103 686	3 729	339	-90,9%	-99,0%
2117	Restituições	-	-	-	-	-	-
212	Investimento público	179 222	155 614	81 096	195 243	140,8%	8,9%
2121	Recursos Internos	4 576	3 898	7 803	5 815	-25,5%	27,1%
2122	Recursos Externos	174 646	151 716	73 293	189 428	158,5%	8,5%
22	DESPEAS FINANCEIRAS	25 042	65 049	28 308	53 673	89,6%	114,3%
221	Amortiz. da dívida púb. interna	16 136	31 814	15 144	-	-100,0%	-100,0%
222	Amortiz. da dívida púb. externa	4 611	33 029	13 164	53 673	307,7%	1064,0%
223	Outras despesas financeiras	4 295	205	-	-	-	-100,0%
i	SALDO GLOBAL	(183 811)	(242 665)	(228 350)	(387 869)	69,9%	111,0%
ii	SALDO PRIMÁRIO	(156 426)	(168 127)	(193 789)	(301 181)	55,4%	92,5%
iii	SALDO PRIMÁRIO EXCL. DONATIVOS	(260 839)	(244 732)	(198 457)	(301 181)	51,8%	15,5%
iv	SALDO GLOBAL (% PIB)	-1,7%	-2,1%	-2,0%	-3,4%	69,9%	96,5%
v	SALDO PRIMÁRIO (% PIB)	-1,5%	-1,5%	-1,7%	-2,6%	55,4%	79,3%
vi	SALDO PRIMÁRIO EXCL. DONATIVOS (% PIB)	-2,4%	-2,1%	-1,7%	-2,6%	51,8%	7,5%
vii	PIB NOMINAL (milhões de dobras)	10 719	11 510	11 510	11 510		

Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)

As receitas não efectivas executadas foram suportadas exclusivamente pela execução do financiamento interno. O financiamento externo teve um registo nulo no III trimestre.

No que se refere às despesas, o III trimestre foi aquele com o nível mais alto de execução de despesas em 2022, correspondendo a 809 467 milhares de dobras, o que representou um aumento de 31,7% face ao II trimestre e 17,2% face ao mesmo período.



As despesas efectivas executadas no trimestre em análise atingiram 755 795 milhares de dobras, o máximo em 2022, que representou um aumento em 28,9% em relação ao II trimestre e 13,6% face ao período homólogo.

No trimestre em análise, as despesas correntes atingiram 560 552 milhares de dobras e o investimento público 195 243 milhares de dobras. As despesas correntes expandiram 10,9% face ao trimestre transacto e 15,3% face ao período homólogo de 2021. A execução da despesa com investimento público teve um aumento 140,8% face ao trimestre transacto e 8,9% face ao período homólogo.

As despesas financeiras atingiram 53 673 milhares de dobras, que representou um incremento 89,6% e 114,3%, em relação ao II trimestre e o III trimestre de 2021, respectivamente.

3.1.3. Saldo Global

O saldo orçamental global atingiu um défice de 858 884 milhares de dobras ao longo dos 9 primeiros meses do ano, o que equivale a aproximadamente 7,5% do PIB e representa um agravamento face ao registo de 455 985 definido no OGE 2022.

No ano passado, verificou-se um défice de 695 452 milhares de dobras nos primeiros 9 meses de 2021, o que representou cerca de 6,5% do PIB e espelha a degradação do indicador de um ano para outro, devido, sobretudo, ao crescimento mais que proporcional da despesa comparativamente à receita.

3.1.4. Saldo Primário

O saldo primário é um importante indicador fiscal que permite avaliar o saldo orçamental sem as despesas derivadas das responsabilidades com cumprimento do serviço da dívida.

O saldo primário registou um défice de 663 098 milhares de dobras, equivalente a 5,8% do PIB. A diferença entre o saldo global e primário é significativa, o que reflecte o crescente peso da dívida pública e da despesa com o serviço da dívida.

Em 2021, no período em análise, o défice tinha atingido 574 358 milhares de dobras, que corresponde a aproximadamente 5,4% do PIB.



3.1.5. Saldo Primário excluindo Donativos

O saldo primário excluindo donativos permite avaliar com melhor clareza a performance fiscal do Governo ao excluir as despesas financeiras, juros a pagar e os donativos.

O indicador permite considerar apenas as despesas que impactem directa e indirectamente o bem-estar social e apenas as receitas relacionadas com política fiscal ou gestão patrimonial, exclui, portanto, as ajudas externas, componente da receita mais exposta à dinâmica e boa vontade internacional.

O saldo primário excluindo donativos permite avaliar o grau de autonomia orçamental e a identificação da parcela do orçamento financiada pelo esforço efectivo da Administração pública.

Considerando a evolução até ao III trimestre, o défice fiscal referente ao saldo primário excluindo donativos reduziu de 753 976 milhares de dobras em 2021 para 744 370 milhares de dobras em 2022, de 7% do PIB a 6,5% do PIB, respectivamente.

A melhoria do indicador, que contrasta com a tendência do saldo global e primário, reflecte a brusca e crescente redução dos donativos nos últimos anos, como reflexo da actual condição financeira mundial mais apertada, o que também revela a elevada vulnerabilidade orçamental relacionada à necessidade de ajuda externa para a cobertura de parte relevante da despesa pública, o que é insustentável a médio e longo prazo.

3.1.6. Saldo Global excluindo Donativos

O saldo global excluindo donativos permite avaliar de forma simplificada a performance do saldo global sem incluir as receitas provenientes de ajuda externa. Este indicador é, portanto, muito relevante para avaliar o grau de autonomia financeira da Administração pública.

O saldo atingiu um défice de 940 156 milhares de dobras, equivalente a 8,2% do PIB, que compara aos 2 098 985 milhares de dobras (8,2% do PIB) no OGE 2022.



3.1.7. Saldo Primário Não Petrolífero

O saldo primário não petrolífero resulta da exclusão das receitas provenientes da actividade petrolífera, como o rendimento do petróleo e o imposto sobre os seus derivados, no saldo primário.

O saldo atingiu um défice 666 781 milhares de dobras, equivalente a 5,8% do PIB, diferindo muito pouco do défice apurado no saldo primário, o que reflecte a ainda diminuta dimensão do sector de petróleo na economia de São Tomé e Príncipe.

3.1.8. Saldo Corrente

O saldo corrente atingiu um défice de 361 173 milhares de dobras no trimestre de referência, o equivalente a 3,1% do PIB, que compara com o défice de 410 801 milhares de dobras antecipados no OGE 2022.

O indicador contribui para um primeiro olhar para a saúde das finanças públicas no curto prazo e identificação das necessidades de tesouraria.



TABELA 3 - SALDOS ORÇAMENTAIS

Saldos Orçamentais	2020		2021		OGE 22		III trim. 22	
	Mil dobras	% PIB	Mil dobras	% PIB	Mil dobras	% PIB	Mil dobras	% PIB
Global	(501 164)	-4,9%	(661 686)	-6,2%	(455 985)	-4,0%	(858 884)	-7,5%
Global excl. donativos	(1572 527)	-15,3%	(1219 807)	-11,4%	(2 098 985)	-18,2%	(940 156)	-8,2%
Primário	(341 012)	-3,3%	(489 189)	-4,6%	(177 928)	-15%	(663 098)	-5,8%
Primário excl. donativos	(1412 375)	-13,8%	(1047 309)	-9,8%	(1820 928)	-15,8%	(744 370)	-6,5%
Primário não petrolífero	(480 374)	-4,7%	(553 415)	-5,2%	(205 055)	-18%	(666 781)	-5,8%
Corrente	(535 283)	-5,2%	(497 539)	-4,6%	(410 801)	-3,6%	(361 173)	-3,1%
Corrente excl. juros	(499 951)	-4,9%	(474 429)	-4,4%	(336 577)	-2,9%	(312 417)	-2,7%
Corrente excl. petróleo	(674 645)	-6,6%	(561 765)	-5,2%	(412 928)	-3,6%	(364 857)	-3,2%
PIB Nominal (milhões de dobras)	10 247	100%	10 719	100%	11 510	100%	11 510	100%

Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)

3.3. EXECUÇÃO DAS RECEITAS

Segue-se a tabela em que são apresentadas com mais detalhes a execução das contas e subcontas que compõe a receita total no período em análise.

TABELA 4 - EXECUÇÃO DAS RECEITAS (MILHARES DE DOBRAS)

Cod.	Descrição	OGE 2022	III Trim. 22	Execução %	
				2021	2022
1	RECEITAS TOTAIS	3 870 985	2 096 321	49,4%	54,2%
11	RECEITAS EFECTIVAS	3 415 000	1 351 001	41,1%	39,6%
111	Receitas correntes	1 772 000	1 269 729	69,7%	71,7%
1111	Receitas fiscais	1 477 000	1 007 382	68,7%	68,2%
11111	Impostos directos	455 519	379 817	70,8%	83,4%
111111	IRS	375 339	293 860	68,8%	78,3%
111112	IRC	64 889	70 585	77,6%	108,8%
111113	Imposto sobre o Património	15 281	15 372	89,3%	100,6%
11112	Impostos indirectos	1 019 829	627 149	67,6%	61,5%
111121	Imposto sobre a Exportação	-	1 529	-	-
111122	Imposto sobre a Importação	626 451	353 995	68,7%	56,5%
1111221	Taxa s/importação	307 140	184 999	77,7%	60,2%
1111222	Sobretaxa s/importação	294 311	168 235	66,8%	57,2%
1111223	Sobretaxa Especial derivado do Petróleo	25 000	761	52,1%	3,0%
111123	Imposto sobre a Produção	-	-	-	-
111124	Imposto sobre consumo	240 441	177 287	68,9%	73,7%



1111241	Imp s/consumo de Serviços	105 437	91 430	72,9%	86,7%
1111242	Imp s/consumo de Beb. alcoólicas	92 850	65 440	68,4%	70,5%
1111243	Imp. s/Consumo de Produção Local	42 154	20 417	60,7%	48,4%
1111244	Imp. s/valor acrescentado (IVA)	23 919	-	0,0%	0,0%
111125	Imposto de Selo	70 785	56 386	77,2%	79,7%
111126	Taxas	58 231	37 952	69,5%	65,2%
11113	Contribuições	-	-	6,3%	-
11114	Outras Receitas Fiscais	1 652	416	299,4%	25,2%
1112	Receitas não fiscais	295 000	262 347	75,1%	88,9%
11121	Receita Patrimonial	82 220	83 130	74,7%	101,1%
111211	Rendimento de Participações	38 036	30 107	224,7%	79,2%
111212	Rendimento de Recursos Naturais	28 832	13 123	15,5%	45,5%
1112121	Rendimentos do Petróleo	2 127	2 922	326,2%	137,4%
1112122	Rendimentos das Pescas	26 705	10 201	0,6%	38,2%
111213	Outras Receitas Patrimoniais	15 352	39 899	84,6%	259,9%
11122	Receitas de Serviços	194 993	104 692	72,0%	53,7%
11123	Outras Receitas não Fiscais	17 786	74 525	124,5%	419,0%
112	Donativos	1 643 000	81 272	11,1%	4,9%
1121	Para financiamento do OGE	326 670	-	0,0%	0,0%
1122	Donativos para Projectos	1 252 000	62 123	13,1%	5,0%
1123	HIPC	64 330	19 149	31,0%	29,8%
12	RECEITAS NÃO EFECTIVAS	455 985	745 321	136,0%	2
121	Financiamento interno	57 500	671 290	317,0%	12
122	Financiamento externo	398 485	74 030	66,7%	0

Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)

Segue-se a análise da evolução de algumas importantes classes de receitas nos últimos anos.

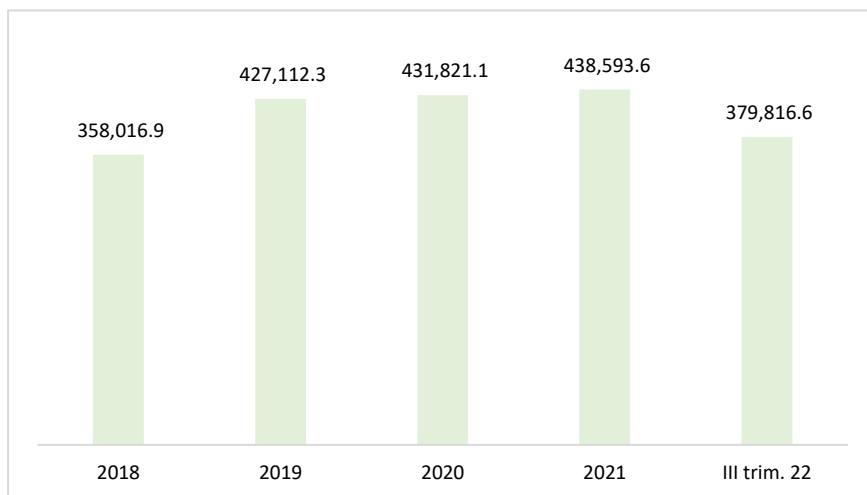
A) Impostos Directos

No III trimestre do ano corrente, os impostos directos foram compostos em 77% pelo IRS, 19% pelo IRC e os restantes 4% pelo imposto sobre o património.

Os impostos directos têm apresentado uma evolução estável ao longo dos últimos anos.



GRÁFICO 3 - IMPOSTOS DIRECTOS (MILHARES DE DOBRAS)

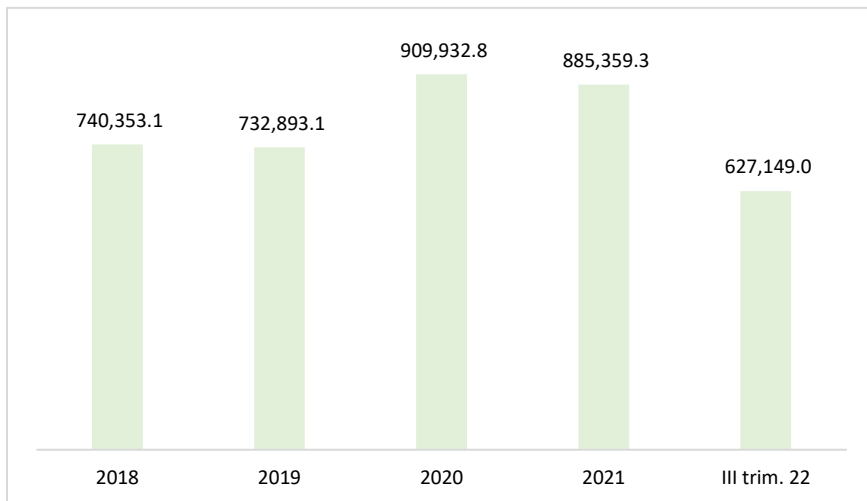


Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)

B) Impostos Indirectos

No trimestre em análise, os impostos indirectos foram constituídos em 0,2% pelo imposto sobre a exportação, 56,4% em imposto sobre a importação, 28,3% em imposto sobre consumo, 9,0% em imposto de selo e 6,1% em taxas.

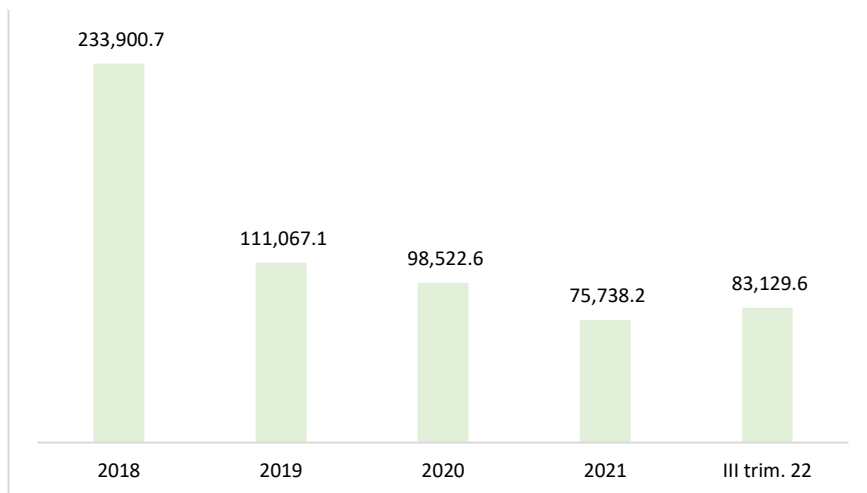
Os impostos indirectos estão em queda desde 2020.

**GRÁFICO 3 - IMPOSTOS INDIRECTOS (MILHARES DE DOBRAS)**

Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)

C) Receita Patrimonial

A receita patrimonial, após vários anos consecutivos em tendência de diminuição, teve um nível de execução nos 9 primeiros meses de 2022 que superou o registro total no ano 2021, o que pode significar uma reversão da tendência para os próximos anos.

GRÁFICO 4 - RECEITA PATRIMONIAL (MILHARES DE DOBRAS)

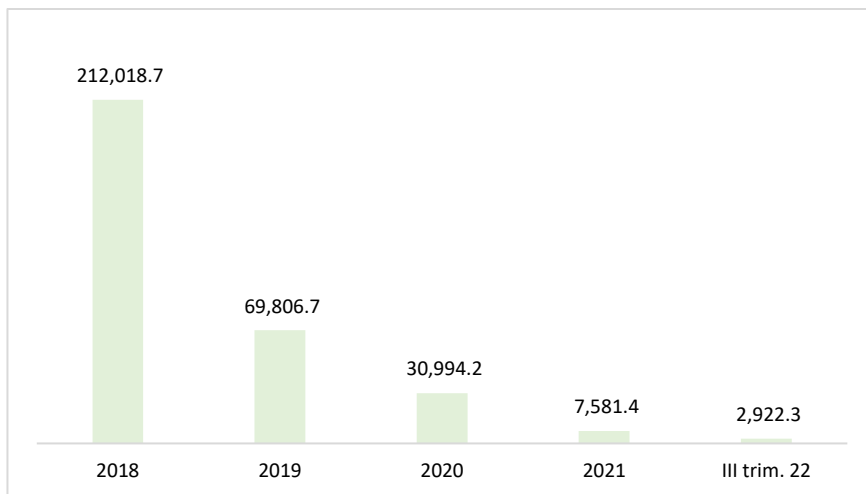
Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)



D) Rendimento do Petróleo

O rendimento do petróleo mantém a tendência de diminuição verificada nos últimos anos, tendo reduzido de 212 018,7 milhares de dobras para 2 922,3 milhares de dobras no III trimestre de 2022.

GRÁFICO 5 - RENDIMENTO DO PETRÓLEO (MILHARES DE DOBRAS)



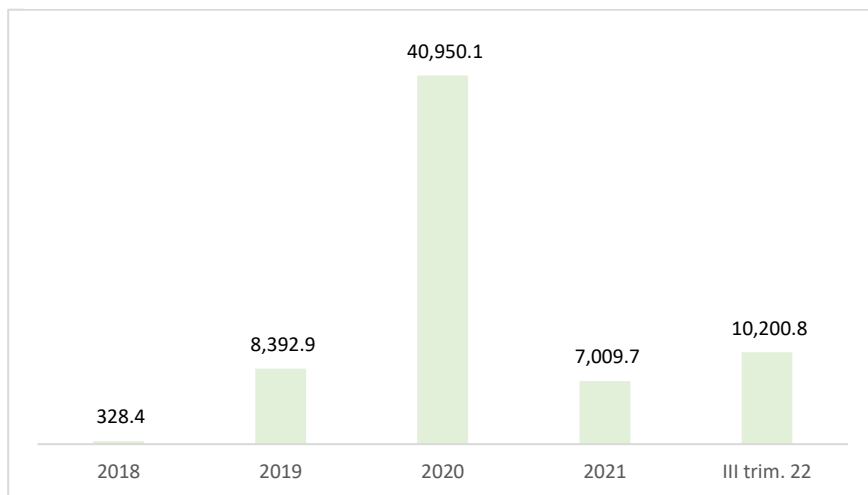
Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)

E) Rendimento das Pescas

O rendimento das pescas deu sinais positivos ao recuperar em 2022, tendo atingido 10 200,8 milhares de dobras no III trimestre, o que supera o registro de 7 009,7 milhares de dobras apurado em 2021, mas que ainda fica aquém dos 40 950,1 milhares de dobras registrado em 2020.



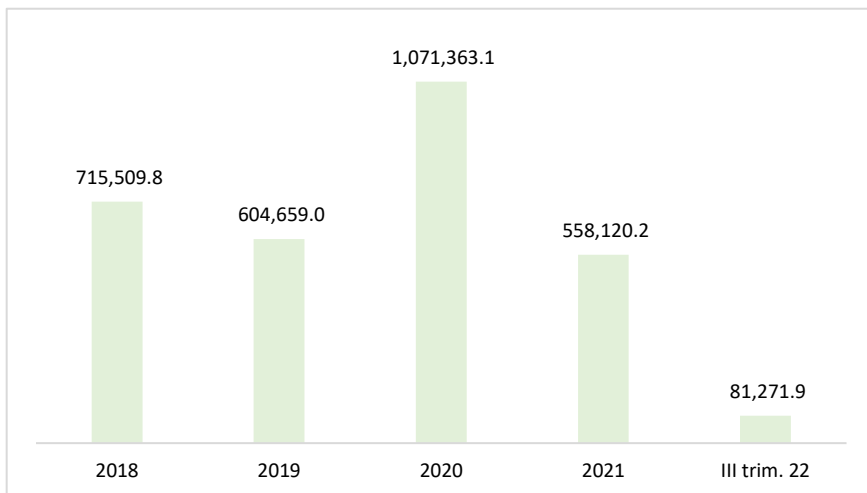
GRÁFICO 6 - RENDIMENTO DAS PESCAS (MILHARES DE DOBRAS)



Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)

F) Donativos

Os donativos estão em queda desde 2020, altura em que tinha atingido 1 071 363,1 milhares de dobras. No III trimestre do ano corrente os donativos atingiram 81 271,9 milhares de dobras.

**GRÁFICO 7 - DONATIVOS (MILHARES DE DOBRAS)**

Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)

3.4. EXECUÇÃO DAS DESPESAS

3.4.1. Despesas Executadas (Base de Compromisso)

As despesas executadas com base de compromisso são representadas na tabela abaixo.

TABELA 5 - EXECUÇÃO DAS DESPESAS (MILHARES DE DOBRAS)

Cod.	Descrição	OGE 2022	III Trim. 22	Execução %	
				2021	2022
2	DESPESAS TOTAIS	3 870 985	2 209 885	56,6%	57,1%
21	DESPESAS EFECTIVAS	3 667 152	2 062 855	56,5%	56,3%
211	Despesas correntes	2 182 801	1 630 902	73,1%	74,7%
2111	Despesas com pessoal	1 165 000	852 085	64,1%	73,1%
21111	Vencimentos e Salários	520 901	335 213	59,9%	64,4%
21112	Outras despesas com pessoal	599 945	487 170	68,2%	81,2%
21113	Segurança Social	44 154	29 702	54,6%	67,3%
2112	Bens e serviços	274 770	201 515	72,7%	73,3%
2113	Juros da dívida	74 224	48 757	29,3%	65,7%
21131	Juros da dívida interna	20 653	4 483	-	21,7%



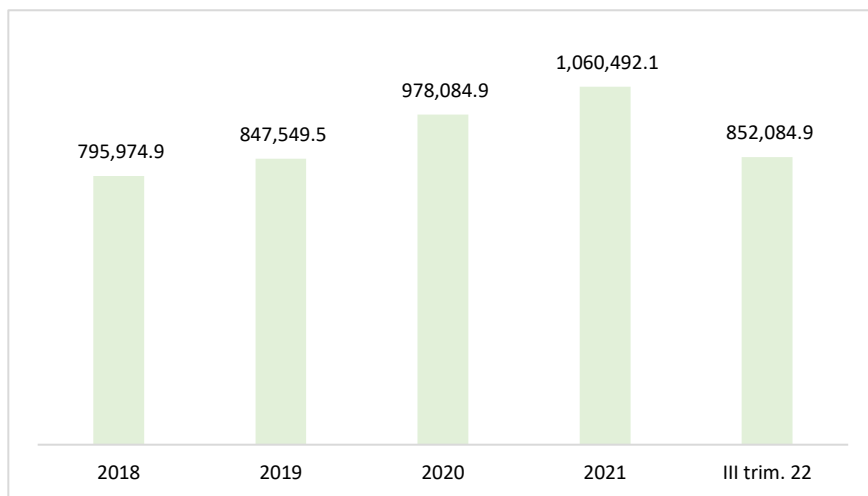
21132	Juros da dívida externa	51 411	42 327	19,2%	82,3%
21133	Encargos bancários da dívida	2 160	1 947	-	90,1%
2114	Subsídios e transferências correntes	397 767	275 328	67,1%	69,2%
2115	Outras despesas correntes	195 890	145 463	88,2%	74,3%
21152	Subsídio às autoridades públicas	9 731	5 400	58,3%	55,5%
21153	Outras (incl. junta médica)	93 443	18 200	39,0%	19,5%
21154	Despesas Consignadas	92 716	121 175	140,0%	130,7%
2116	Despesas corr. exerc. findo	75 150	107 754	236,2%	143,4%
2117	Restituições	-	-	-	-
212	Investimento público	1 484 351	431 953	29,9%	29,1%
2121	Recursos internos	75 351	17 516	34,0%	23,2%
21211	Recursos Próprios	37 864	10 427	30,7%	27,5%
21214	HIPC	37 487	7 089	38,7%	18,9%
2122	Recursos externos	1 409 000	414 437	29,7%	29,4%
21221	Donativos	1 252 000	379 501	29,1%	30,3%
21222	Empréstimos	157 000	34 936	36,6%	22,3%
22	DESPESAS FINANCEIRAS	203 833	147 030	58,1%	72,1%
221	Amortiz. da dívida públ. interna		46 959	-	-
222	Amortiz. da dívida públ. externa	203 833	99 866	28,4%	49,0%
223	Outras despesas financeiras	-	205	-	-
i	DESPESA PRIMÁRIA CONVENCIONAL			-	-

Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)

Segue-se a análise da evolução de algumas importantes classes de despesas nos últimos anos.

A) Pessoal

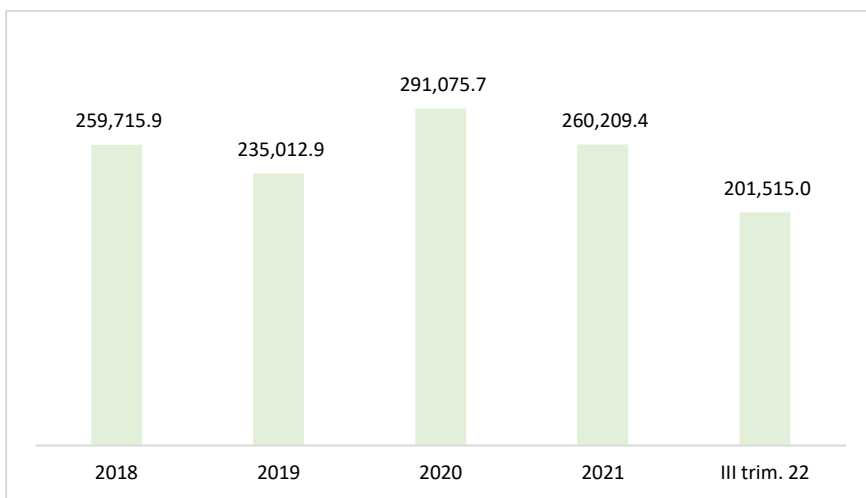
As despesas com pessoal têm tido uma tendência de aumento todos os anos. No III trimestre de 2022, as despesas com pessoal atingiram 852 084,9 milhares de reais, mas até ao final do ano deve superar o registo de 1 060 492,1 milhares de reais apurado em 2021.

**GRÁFICO 8 - DESPESAS COM PESSOAL (MILHARES DE DOBRAS)**

Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)

B) Bens e Serviços

As despesas com bens e serviços atingiram 201 515 milhares de dobras até ao III trimestre do ano corrente. Em 2021, tinha sido apurada uma diminuição de pouco mais 30 milhões de dobras em relação ao ano 2020.

GRÁFICO 9 - DESPESAS COM BENS E SERVIÇOS (MILHARES DE DOBRAS)

Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)

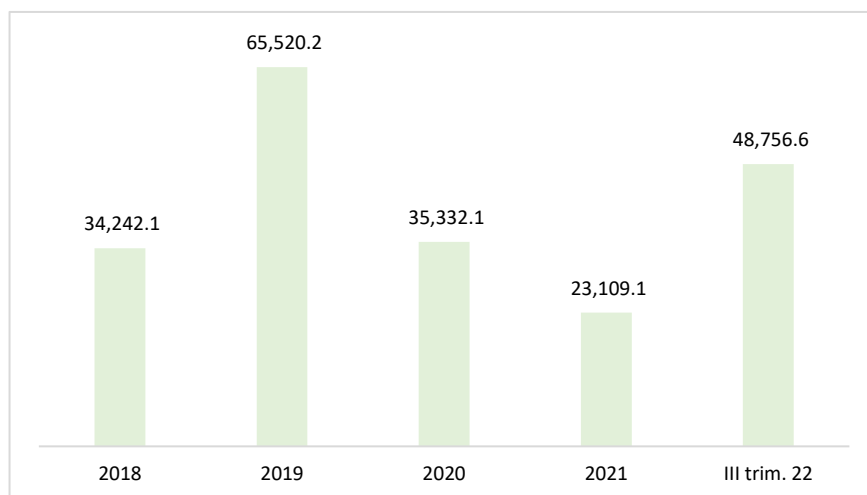


C) Juros da Dívida

A despesa com o pagamento de juros da dívida tem diminuído desde o ano 2019, tendo chegado a atingir o mínimo de 23 109,1 milhares de dobras em 2021.

Contudo, até ao III trimestre do ano corrente, a despesa com juros atingiu 48 756,6 milhares de dobras, que já representa o máximo desde 2020. O aumento dos juros pode ser explicado pela aumento do financiamento interno em 2022 para compensar as receitas de donativos não obtidas.

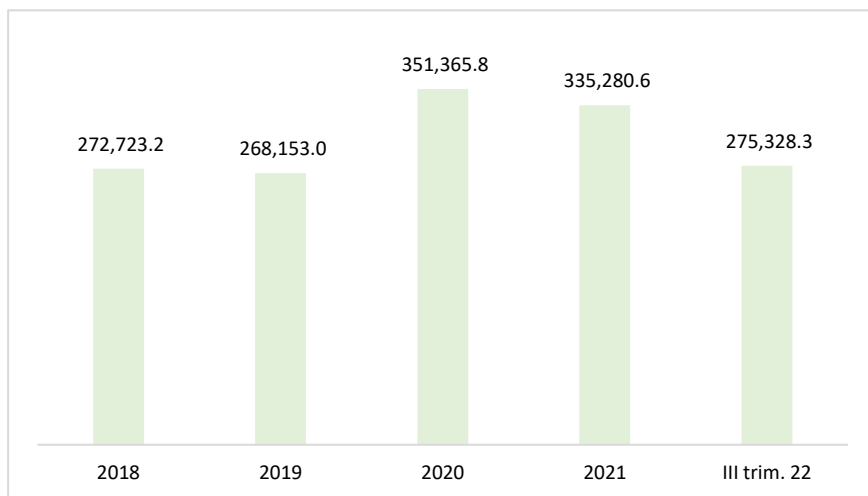
GRÁFICO 10 - DESPESA COM JUROS DA DÍVIDA (MILHARES DE DOBRAS)



Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)

D) Subsídios e Transferências Correntes

Os subsídios e transferências correntes atingiram 275 328,3 milhares de dobras no trimestre em análise, o que espelha a trajetória de ligeira redução que tem marcado esta classe de despesa nos últimos anos.

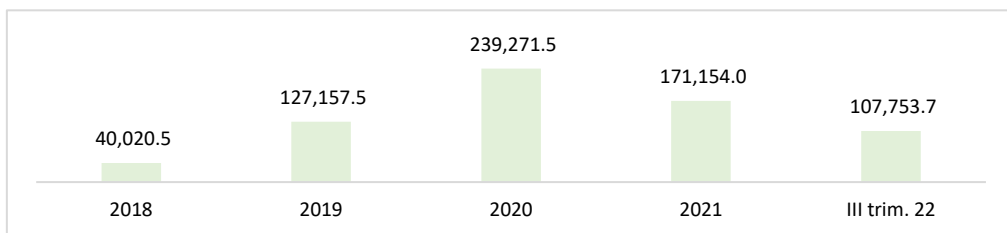
**GRÁFICO 11 - DESPESAS COM SUBSÍDIOS E TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (MILHARES DE DOBRAS)**

Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)

E) Despesa Corrente do Exercício Findo

A despesa corrente do exercício tem-se mantido alta nos últimos anos.

A despesa atingiu 107 753,7 milhares de reais no trimestre de referência, significativamente abaixo dos 239 271,5 milhares de reais em 2020 e 171 154 milhares de reais em 2021.

GRÁFICO 12 - DESPESA CORRENTE DO EXERCÍCIO FINDO (MILHARES DE DOBRAS)

Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)



3.4.2. Despesas Executadas (Base de Caixa)

As despesas executadas efectivamente pagas são representadas na tabela abaixo.

TABELA 6 - DESPESAS EXECUTADAS (BASE DE CAIXA)

Cod.	Descrição	OGE 2022	III Trim. 22	Execução %	
				2021	2022
2	DESPESAS TOTAIS	3 870 985	2 095 527	54,5%	54,1%
21	DESPESAS EFECTIVAS	3 667 152	1 952 990	54,4%	53,3%
211	DESPESAS CORRENTES (de Funcionamento)	2 182 801	1 521 036	69,7%	69,7%
2111	DESPESAS COM PESSOAL	1 165 000	852 085	64,1%	73,1%
21111	Vencimentos e Salários	520 901	335 213	59,9%	64,4%
21112	Outras despesas com pessoal	599 945	487 170	68,2%	81,2%
21113	Segurança Social	44 154	29 702	54,6%	67,3%
2112	BENS E SERVIÇOS	274 770	127 155	46,5%	46,3%
2113	JUROS DA DÍVIDA	74 224	48 453	29,3%	65,3%
21131	Juros da dívida interna	20 653	4 483	-	21,7%
21132	Juros da dívida externa	51 411	42 023	19,2%	81,7%
21133	Encargos bancários da dívida	2 160	1 947	-	90,1%
2114	SUBSÍDIOS E TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	397 767	275 283	66,2%	69,2%
2115	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	195 890	145 325	88,2%	74,2%
21152	Subsídio às autoridades públicas	9 731	5 370	57,9%	55,2%
21153	Outras (incl. junta médica)	93 443	18 107	39,0%	19,4%
21154	Despesas Consignadas	92 716	121 162	140,0%	130,7%
2116	DESPESAS CORR. EXERC. FINDO	75 150	72 736	236,2%	96,8%
212	INVESTIMENTO PÚBLICOS	1 484 351	431 953	29,9%	29,1%
2121	RECURSOS INTERNOS	75 351	17 516	34,0%	23,2%
21211	Recursos Próprios	37 864	10 427	30,7%	27,5%
21214	HIPC	37 487	7 089	38,7%	18,9%
2122	RECURSOS EXTERNOS	1 409 000	414 437	29,7%	29,4%
21221	Donativos	1 252 000	379 501	29,0%	30,3%
21222	Empréstimos	157 000	34 936	36,6%	22,3%
22	DESPESAS FINANCEIRAS	203 833	142 537	58,1%	69,9%
221	AMORTIZ. DÍVIDA PÚBL. INTERNA	-	46 959	-	-
222	AMORTIZ. DÍVIDA PÚBL. EXTERNA	203 833	95 373	28,4%	46,8%
223	OUTRAS DESPESAS FINANCEIRAS	-	205	-	-

Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)



4. DÍVIDA PÚBLICA

4.1. STOCK DA DÍVIDA PÚBLICA

O stock total da dívida pública cifrou-se em 475,1 milhões de dólares em 2021, segundo o *country report 22/306* do FMI referente a 5ª revisão do programa assistência técnica e financeira *Extended Credit Facility Arrangement*, em Setembro de 2022.

A dívida pública é composta em 51,4% por dívida interna, que corresponde a 244 milhões de dólares, e 48,6% ou 231,1 milhões de dólares por dívida externa.

TABELA 7 - COMPOSIÇÃO DO STOCK DA DÍVIDA EM 2021

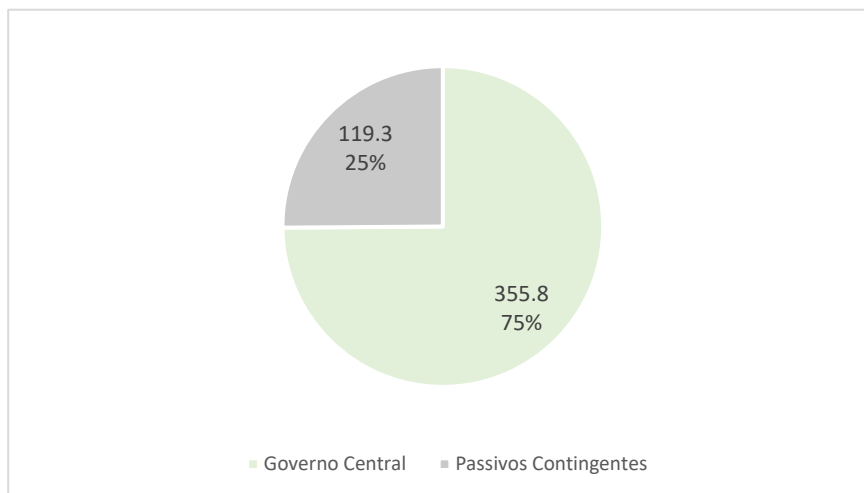
Cod.	Descrição	Milhões USD	% Dívida Total	% PIB
	Total	475,1	100,0	91,7
1.	Externa	231,1	48,6	44,6
1.1	Credores multilaterais	82,6	17,4	15,9
1.1.1.	FMI	31,9	6,7	6,2
1.1.2.	Banco Mundial	11,3	2,4	2,2
1.1.3.	ADB/AfDB/IADB	19,0	4,0	3,7
1.1.4.	Arab Bank for Economic development in Africa	13,4	2,8	4,0
1.1.5.	Fundo Internacional para Desenvolvimento Agrícola	4,8	1,0	0,9
1.1.6.	Outros	2,2	0,5	0,4
1.2	Credores bilaterais	114,2	24,0	22,1
1.2.1.	Paris Club	5,1	1,1	1,0
1.2.2.	Angola	52,7	11,1	10,2
1.2.3.	Portugal	56,4	11,9	10,9
1.3	Credores Comerciais	34,3	7,2	6,6
1.3.1.	China	10,0	2,1	1,9
1.3.2.	Itália	24,3	5,1	4,7
2.	Interna	244,0	51,4	47,1
2.1.	Bilhetes do tesouro	27,6	5,8	5,3
2.2.	Empréstimos	216,3	45,5	41,8

Fonte: country report 22/306 do FMI Extended Credit Facility Arrangement 5th Review, em Setembro de 2022.

Do stock da dívida pública em 2021, de acordo ao FMI, 355,8 milhões de dólares correspondem à dívida do Governo Central e 119,3 milhões de dólares correspondem ao montante dos passivos contingentes.



GRÁFICO 13 - DÍVIDA GOVERNAMENTAL E PASSIVOS CONTINGENTES



Fonte: country report 22/306 do FMI Extended Credit Facility Arrangement 5th Review, em Setembro de 2022

4.2. STOCK DA DÍVIDA INTERNA

Segundo o FMI, o stock da dívida interna atingiu 244 milhões de dólares em 2021, o equivalente a 47,1% do PIB, dos quais 27,6 milhões de dólares constituída por bilhetes do tesouro.

O relatório sobre Gestão e Seguimento da Dívida Pública referente ao I Semestre de 2021 do Ministério do Planejamento, Finanças e Economia Azul apresentou uma composição para o stock de dívida interna (que incluiu os passivos contingenciais) até ao I semestre do ano em análise conforme a tabela abaixo.

GRÁFICO 14 - COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA INTERNA NO I SEMESTRE DE 2021

Cod.	Descrição	30-Jun-2020		30-Jun-2021	
		Milhões USD	Quota	Milhões USD	Quota
	DÍVIDA INTERNA	275,7	100,0%	270,9	100,0%
1	DÍVIDA INTERNA (excl. Passivos Contingentes)	116,3	42,2%	98,2	36,2%
11	Fornecedores	13,2	4,8%	13,2	4,9%
111	MSF	4,7	1,7%	4,7	1,7%
112	Hidroelectrica	2,3	0,8%	2,3	0,8%
113	Synergies	4,7	1,7%	4,6	1,7%
114	Atrasados internos	1,5	0,5%	1,6	0,6%
12	Novos Atrasados Internos	74,5	27,0%	57,1	21,1%
121	EMAE	4,5	1,6%	0,3	0,1%
122	CST	6,3	2,3%	5,6	2,1%
123	Empresas	7,8	2,8%	7	2,6%



124	Outros	11,5	4,2%	10,7	3,9%
125	Encargos salariais	5,8	2,1%	6,4	2,4%
126	Diferencial de preço combustível	37,1	13,5%	26,4	9,7%
127	Edifício de S. Tribunal de Contas	0,8	0,3%	0	0,0%
128	Edifício do tribunal de Contas	0,8	0,3%	0,8	0,3%
13	Bilhetes do Tesouro até 1 ano	28,6	10,4%	27,9	10,3%
131	Afriland First Bank	0	0,0%	1,6	0,6%
132	BISTP	20,7	7,5%	18	6,6%
133	BGFI	0,6	0,2%	2,1	0,8%
134	Ecobank STP	2,2	0,8%	5,3	2,0%
135	Encargos com a emissão dos BT's	5,1	1,8%	0,9	0,3%
2	PASSIVOS CONTINGENTES	159,4	57,8%	172,7	63,8%
21	Dívida das Empresas Estatais Garantidas (carta de conforto)	7,8	2,8%	6,6	2,4%
211	SMF	1,6	0,6%	0,8	0,3%
212	ENAPORT	2	0,7%	1,9	0,7%
213	EMAE	2,2	0,8%	1,9	0,7%
214	AGER	2	0,7%	1,9	0,7%
22	Dívida das Empresas Estatais Não-Garantidas	151,6	55,0%	166,1	61,3%
221	EMAE/ENCO	114,1	41,4%	127,5	47,1%
222	EMAE/Hidroequador	3,2	1,2%	3,1	1,1%
223	Estado/ENCO/Sonangol	34,4	12,5%	35,5	13,1%

Fonte: Relatório sobre Gestão e Seguimento da Dívida Pública referente ao I Semestre de 2021 do Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul

4.3. STOCK DA DÍVIDA EXTERNA

Em 2021, O stock da dívida externa situou-se em 231,1 milhões de dólares, que corresponde a 44,6% do PIB.

A dívida externa é composta em 49,4% (USD 114,2 milhões) por dívida aos credores bilaterais, em 35,7% (USD 82,6 milhões) por dívida aos credores multilaterais e 14,8% (USD 34,3 milhões) por dívida aos credores comerciais.

No que se refere à dívida aos credores bilaterais, Portugal (USD 56,4 milhões) e Angola (USD 52,7 milhões) são os principais credores e representam 95,5% do total da dívida aos credores bilaterais, os restantes 4,5% (USD 5,1 milhões) são devidos ao Paris Club.

A dívida aos credores multilaterais está constituída em 38,6% (USD 31,9 milhões) por dívida ao FMI, 23% (USD 19 milhões) por dívida a ADB/AfDB/IADB, 16,2% (USD 13,4 milhões) ao Arab Bank for Economic Development in Africa, 13,7% (USD 11,3 milhões) ao Banco Mundial, 5,8% (USD 4,8 milhões) ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola e os restantes credores multilaterais representam cerca de 2,7% (USD 2,2 milhões).

O total da dívida comercial é repartida por dois credores, 70,8% (USD 24,3 milhões) à Itália e 29,2% (USD 10 milhões) à China.

**TABELA 8 - COMPOSIÇÃO DO STOCK DA DÍVIDA EXTERNA EM 2021**

Cod.	Descrição	Milhões USD	% Dívida Total	% PIB
1	EXTERNA	231,1	48,6	44,6
11	CREDORES MULTILATERAIS	82,6	17,4	15,9
111	FMI	31,9	6,7	6,2
112	Banco Mundial	11,3	2,4	2,2
113	ADB/AfDB/IADB	19,0	4,0	3,7
114	Arab Bank for Economic development in Africa	13,4	2,8	4,0
115	Fundo Internacional para Desenvolvimento Agrícola	4,8	1,0	0,9
116	Outros	2,2	0,5	0,4
12	CREDORES BILATERAIS	114,2	24,0	22,1
121	Paris Club	5,1	1,1	1,0
122	Angola	52,7	11,1	10,2
123	Portugal	56,4	11,9	10,9
13	CREDORES COMERCIAIS	34,3	7,2	6,6
131	China	10,0	2,1	1,9
132	Itália	24,3	5,1	4,7

Fonte: country report 22/306 do FMI Extended Credit Facility Arrangement 5th Review, em Setembro de 2022

4.4. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA EM 2022

Em 2022 espera-se que o stock total da dívida pública aumente para 93,4%, face aos 91% do PIB em 2021.

4.4.1. Dívida Interna

Até ao III trimestre, as receitas de financiamento interno cifraram-se em 671 290 milhares de dobras, que compara aos 280 789 milhares de dobras registada em final de 2021.

No que se refere aos serviços de dívida, a despesa com amortização da dívida pública interna (Governo central) 46 959 milhares de dobras e os juros da dívida interna situaram-se em 4 483 milhares de dobras.

TABELA 9 - EVOLUÇÃO DA DÍVIDA INTERNA EM 2022

Cod.	Descrição	III Trim. 21	OGE 22	III Trim. 22
1	Financiamento Interno	280 558,70	57 500,00	671 290,31
2	Amortização da Dívida Interna	50 067,43	-	46 958,74
3	Juros da Dívida Interna	4 343,47	20 653,00	4 483,16
1-(2+3)	Variação da Dívida	226 147,81	36 847,00	619 848,41

Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)



4.4.2. Dívida Externa

As receitas de financiamento externo atingiram cifraram-se em 74 030 milhares de dobras, significativamente inferior aos 162 283 milhares de dobras registados em final de 2021.

Em relação ao serviço da dívida, a despesa com amortização da dívida pública externa situou-se em 99 866 milhares de dobras e os juros da dívida externa fixaram-se em 42 327 milhares de dobras.

TABELA 10 - EVOLUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA EM 2022

Cod.	Descrição	III Trím. 21	OGE 22	III Trim. 22
1	Financiamento Externo	154 267,16	398 485,00	74 030,33
2	Amortização da Dívida Externa	52 077,44	203 833,00	99 866,03
3	Juros da Dívida Externa	9 605,03	51 411,00	42 326,89
1-(2+3)	Variação da Dívida	92 584,70	143 241,00	- 68 162,60

Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)

4.5. PASSIVOS CONTINGENTES

Segundo o Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, os passivos contingentes atingiram 172,7 milhões de dólares em finais do I semestre de 2021, contra 159,4 milhões de dólares em finais do I semestre do ano anterior.

As dívidas das empresas públicas com garantia tiveram um decréscimo de 15,6%, fixando-se em 6,6 milhões de dólares, ao passo que as dívidas estatais não garantidas cresceram e atingiram 166,1 milhões de dólares.

TABELA 11 - COMPOSIÇÃO DOS PASSIVOS CONTINGENTES

Cod.	Descrição	30-Jun-2020		30-Jun-2021	
		Milhões USD	Quota	Milhões USD	Quota
	PASSIVOS CONTINGENTES	159,4	100,0%	172,7	100,0%
1	DÍVIDA DAS EMPRESAS PÚBLICAS COM GARANTIA (carta de conforto)	7,8	4,9%	6,6	3,8%
11	SMF	1,6	1,0%	0,8	0,5%
12	ENAPORT	2,0	1,3%	1,9	1,1%
13	EMAE	2,2	1,4%	1,9	1,1%
14	AGER	2,0	1,3%	1,9	1,1%
2	DÍVIDA DAS EMPRESAS PÚBLICAS NÃO-GARANTIDAS	151,6	95,1%	166,1	96,2%
21	EMAE/ENCO	114,1	71,6%	127,5	73,8%
22	EMAE/Hidroequador	3,2	2,0%	3,1	1,8%
23	Estado/ENCO/Sonangol	34,4	21,6%	35,5	20,6%

Fonte: Relatório sobre Gestão e Seguimento da Dívida Pública referente ao I Semestre de 2021 do Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS - EXECUÇÃO E RISCOS FISCAIS

No III trimestre de 2022, as receitas acumuladas efectivas, desde o início do ano, apresentaram um nível de execução de 39,6% e as despesas totais de 57,1%. Este nível de execução é significativamente baixo. Este desvio na execução equivale a dois trimestres sem captação de receitas.

A execução das despesas situou-se igualmente abaixo de 75%, o nível que representa $\frac{3}{4}$ da execução prevista e representa a paridade com o período em análise que representa $\frac{3}{4}$ do ano, inferior em mais 15 pontos percentuais, o que demonstra algum esforço de contenção das despesas para que se ajusta a baixa das receitas.

A execução fiscal ficou marcada pela diminuição mais que proporcional dos donativos comparativamente ao previsto em orçamento e o aumento acima do previsto do financiamento interno para colmatar o défice criado, reflexo da elevada exposição do país às principais economias mundiais.

Generalidade dos saldos orçamentais apresentaram défices, o que pode ser considerado um alerta para se aprofundar o processo de reforma das finanças públicas, e que seja mais profundo, de forma a reduzir os riscos fiscais e promover a sustentabilidade das finanças públicas.

A tabela que se segue retractou a performance dos saldos orçamentais nos últimos períodos.

TABELA 12 – SALDOS ORÇAMENTAIS²

SalDOS Orçamentais	2020		2021		OGE 22		III Trim. 22	
	Mil dobras	% PIB	Mil dobras	% PIB	Mil dobras	% PIB	Mil dobras	% PIB
Global	(501 164)	-4,9%	(661 686)	-6,2%	(455 985)	-4,0%	(858 884)	-7,5%
Global excl. donativos	(1 572 527)	-15,3%	(1 219 807)	-11,4%	(2 098 985)	-18,2%	(940 156)	-8,2%
Primário	(341 012)	-3,3%	(489 189)	-4,6%	(177 928)	-1,5%	(663 098)	-5,8%
Primário excl. donativos	(1 412 375)	-13,8%	(1 047 309)	-9,8%	(1 820 928)	-15,8%	(744 370)	-6,5%
Primário não petrolífero	(480 374)	-4,7%	(553 415)	-5,2%	(205 055)	-1,8%	(666 781)	-5,8%
Corrente	(535 283)	-5,2%	(497 539)	-4,6%	(410 801)	-3,6%	(361 173)	-3,1%
Corrente excl. juros	(499 951)	-4,9%	(474 429)	-4,4%	(336 577)	-2,9%	(312 417)	-2,7%
Corrente excl. petróleo	(674 645)	-6,6%	(561 765)	-5,2%	(412 928)	-3,6%	(364 857)	-3,2%
PIB Nominal (milhões)	10 247	100%	10 719	100%	11 510	100%	11 510	100%

Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)

A degradação dos saldos orçamentais global, primário e primário não petrolífero reflectem a degradação geral do orçamento nos últimos anos com a deterioração das

² Os saldos orçamentais estão em milhares de dobras e PIB nominal em milhões de dobras



condições financeiras mundiais com a COVID-19, conflito entre a Rússia e a Ucrânia e o agravamento das taxas de juros pelos bancos centrais nas principais economias mundiais para conter a alta de preços, sobretudo o preço das matérias-primas energéticas e bens alimentares, o que representa um influxo menor de receitas por meio de donativos para o País, que tem de começar a pensar em formas alternativas de se financiar e minimizar a exposição a estes países.

Os saldos correntes, excluindo juros e excluindo petróleo apresentaram uma ligeira melhoria nos últimos anos, apesar de se manterem em posições deficitárias, reflectindo uma contenção das despesas correntes superiores ao crescimento das receitas correntes, entretanto, a mesma assentou-se nas despesas do exercício findo, não das principais classes de contas que compreendem as despesas correntes. As despesas com pessoal, bens e serviços, juros da dívida e os subsídios e transferências correntes permanecem em clara tendência de aumento anual, o que pode ser um factor de risco caso a receita fiscal não dê sinais de melhoria.

Por outro lado, a tendência de diminuição do saldo corrente poderá ser revertida ainda em 2022, no IV trimestre, dada a pouca diferença do registo actual ao nível apurado em 2021, sendo necessário maior disciplina orçamental.

Os saldos globais e primários excluindo donativos são aqueles que registaram o maior desagravamento do défice, o que foi gerado pela diminuição acentuada dos donativos. Eles permitem analisar o grau de autonomia orçamental em relação as ajudas externas. Nos últimos anos, com a redução dos donativos, o País aproximou-se do padrão nos demais países do mundo, com a diminuição do peso das ajudas externas no seu orçamento.

Contudo, para uma interpretação mais apurada, a leitura do indicador deve ser sempre acompanhada da evolução das receitas não efectivas (de financiamento).

No caso de São Tomé e Príncipe, a melhoria dos saldos orçamentais excluindo donativos foi acompanhada pelo aumento do financiamento interno, o que significa que houve apenas uma alteração de uma forma de financiamento sem custo para uma com custo elevado.

De facto, a fraca capacidade do Tesouro de colocação de dívida titularizada com maturidade superior a 1 ano encarece o endividamento via mercado doméstico, aumenta o custo de colocação, gestão e reembolso da dívida, favorece a prevalência de taxas mais altas nas alternativas de financiamento (não titularizadas) com maturidade superior a 1 ano disponíveis no mercado, o que não permite alongar a curva de maturidade da dívida, nem reduzir as pressões de tesouraria no curto prazo.



Portanto, a melhoria dos saldos orçamentais excluindo donativos só devem ser consideradas desejáveis caso sejam contrabalançadas pelo aumento das receitas efectivas.

Dito isto, foram identificados os seguintes factores de riscos fiscais para a execução fiscal no próximo trimestre:

- a. Aumento da taxa de inflação e moderado crescimento da economia mundial, sobretudo a performance de Portugal que é o principal parceiro comercial.
- b. Contínua degradação das condições financeiras mundiais e dificuldades crescentes o País beneficiar de donativos
- c. Fraca produção e comercialização dos principais produtos de exportação, com impacto nas receitas.
- d. Novo surto de Covid-19 outro fenómeno que afecte a mobilidade internacional de pessoas para o País, condicionando as receitas com o turismo.
- e. Aumento do custo das matérias-primas energéticas e do preço dos principais produtos importados.